

Revista **MEMENTO** - ISSN 1807-9717
Departamento de Letras - UNINCOR
V. 10, N. 1 (janeiro-junho de 2019)

LIVROS, IMPRENSA E OBSCENIDADE: A INVENÇÃO DA PORNOGRAFIA NO BRASIL

Thales Sant'Ana Ferreira Mendes¹

RESUMO: Este artigo investiga a emergência da pornografia no Brasil, enquanto uma categoria de representação, no último quartel do século XIX. Para tanto, parte-se de alguns conceitos fundamentais utilizados por Hunt (1999), como a nomeação da pornografia como tal, a expansão do mercado editorial, a consequente popularização dos livros (sobretudo os licenciosos), as novas configurações da sociedade quanto à privacidade, e uma incitação geral de produção de discursos sobre o sexo – com o que se recorre a Foucault (2015) –, incluindo aí uma preocupação com a obscenidade que passa a ser atravessada pela moralidade, e não simplesmente pela religião. Assim, argumenta-se que, a partir desse período, o Brasil passa a ter de fato uma pornografia, sobretudo uma literatura pornográfica, estabelecendo uma *tradição* (CANDIDO, 2013). Utilizam-se fontes oriundas de periódicos oitocentistas e uma bibliografia auxiliar, em que se destacam El Far (2004, 2007) e Leonardo Mendes (2016, 2017).

PALAVRAS-CHAVE: Pornografia; literatura pornográfica; literatura popular; século XIX.

ABSTRACT: This paper investigates the emergence of pornography in Brazil – considering it as a category of representation – in the last quarter of the nineteenth century. We take as fundamental concepts those ones used by Hunt (1999), as the designation of pornography as such, the expansion of the publishing market, the consequent popularization of books (especially the licentious ones), the society's new configurations on privacy, and a general incitement to produce discourses on sex (FOUCAULT, 2015), including a preoccupation with obscenity that is now crossed by morality, not simply by religion. Thus, we argue that, from this period on, Brazil would actually have a pornography, especially a pornographic literature, establishing a *tradition* (CANDIDO, 2013). We use sources from nineteenth-century periodicals and an auxiliary bibliography, in which we highlight El Far (2004, 2007) and Leonardo Mendes (2016, 2017).

KEYWORDS: Pornography; pornographic literature; popular literature; 19th century.

Introdução

Quando se estuda algo como a pornografia, parece que, muitas vezes, a definição do objeto pode abranger qualquer coisa que envolva sexo, e até mesmo aquilo que em nada lhe faça referência. “Embora possamos reconhecê-la, é impossível que se tenha completa segurança sobre o que é definido *como* pornografia quando se escreve sua história”, observa Findlen (1999, p. 53-4). Numa proposta como esta, de discorrer sobre o surgimento da pornografia no Brasil num período de cerca de 50 anos, defini-la pode parecer irresistível. Mas, em vez de

¹ Licenciado em Letras Português/Inglês/Literaturas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestrando em Literatura Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PGL) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: thales.sanfer@hotmail.com.

propriamente se procurar uma definição, também é possível tentar explicar como se deu a construção dessa multifacetada categoria de representação, demonstrando, por um lado, a convergência com seus sentidos hoje recorrentes, e, por outro, aqueles próprios desse período.

É, em linhas gerais, o trabalho empreendido por Lynn Hunt (1999) em *A invenção da pornografia*. Com base nesse aparato teórico e as contribuições da obra seminal de El Far (2004), queremos demonstrar a validade de nosso ponto de vista: se o século XVIII francês foi, para Hunt, o grande fornecedor das coordenadas do que seria a pornografia do XIX, a *belle époque* do Brasil foi o período da formação de uma sensibilidade para a pornografia que se manifestou na produção, consumo e circulação de obras licenciosas. E assim, no começo do século seguinte, a pornografia se consolidou mais ou menos como ainda hoje, em sentido lato, é conhecida, permitindo o estabelecimento de uma espécie de tradição, na acepção do Candido (2013) de *Formação da literatura brasileira*.

A pornografia: o que não é

Na introdução do livro, Hunt parte do ponto de que a pornografia, enquanto gênero literário, ou melhor, enquanto “categoria de literatura ou de representação visual” (HUNT, 1999, p. 10), não surge antes do século XIX. Nem poderia surgir, de acordo com as condições que a estudiosa elenca. Antes de tudo, é no século XIX que a pornografia é definida como tal, de forma que “um pós-modernista poderia argumentar que a própria coisa não surgiu antes que o termo fosse cunhado” (DARNTON, 1996, p. 23). Com efeito, de um ponto de vista filosófico, não há atitude mais justa.

No Brasil, segundo Cunha (1996), a palavra teria aparecido pela primeira vez em 1899; Ferreira (2011) conjectura 1890. Trabalhos etimológicos, sabe-se, dependem de uma pesquisa exaustiva em diversas fontes originais; ocasionalmente, devido ao desconhecimento ou à inacessibilidade de algumas delas, podem ocorrer certas imprecisões. Verificamos que uma crônica, publicada no *Diario de Pernambuco*², citava um “museu de um par de França que tinha gasto seiscentos mil francos a reunir todos os primores da pornografia” (PELLETAN, 1863, p. 8); em face da ocorrência desta, o tradutor anotava: “‘pornografia’ é a arte da prostituição” (PELLETAN, 1863, p. 8). Em 1870, um artigo do *Jornal do Commercio* criticava o trabalho de

² Mantivemos a ortografia original nos nomes dos periódicos; seu conteúdo, no entanto, sofreu atualizações.

Paulo de Faria, dizendo que o enciclopedista, “em vez de dar à classe [“prostituição”] o nome nu e cru, [...] lhe podia chamar *Pornografia*. Era menos claro e em troca sofrivelmente arriscado a dúvidas” (MELLO, 1870, p. 3). E acrescentava: “os dicionários consignam ao vocábulo *pornografia* a dupla acepção de *tratado sobre a prostituição, e pintura obscena*” (MELLO, 1870, p. 3). Nesses dois casos, a necessidade de explicação de seu significado e a emenda sobre o seu uso parecem indicar que “pornografia” era palavra pouco comum para os leitores dessas décadas.

Com base no material disponível na hemeroteca da Biblioteca Nacional, é possível aventar que, em algum momento por volta de 1880, o uso da palavra tenha se expandido. Indo além de seu sentido etimológico (o tão citado “escrito, relato sobre prostitutas ou prostituição”³), “pornografia” era um rótulo sob o qual se agrupavam tanto obras com cenas eróticas ou alusões sexuais (muitos romances naturalistas, por exemplo) quanto aquelas de teor explícito, como *Memórias de frei Saturnino* e *Teresa filósofa*. Fontes recolhidas por El Far (2004) e Leonardo Mendes (2016; 2017) mostram que o termo também era utilizado de forma pejorativa para se referir a livros tidos como imorais por uma classe de leitores (em sua maioria homens de letras), independentemente de seu vocabulário e linguagem. Isto quando não era empregado de forma ainda mais ampla, como na espécie de querela que há em edições de *A Patria* de 1881, em que se chama de pornografia o “jornalismo difamatório” de Lopes Trovão. O que importa salientar aqui é que é extremamente plausível que “pornografia” e “pornográfico” começassem a circular no Brasil num período em que justamente se publicavam, em larga escala, obras que ainda hoje podem ser classificadas como pornográficas.

O contra-argumento mais lógico a essa proposição é o de que, mesmo que não fossem denominados como pornográficos, textos literários que descrevem órgãos, relações ou desejo sexuais existem, nas literaturas de vários países, há milhares de anos; no Brasil, pelo menos desde Gregório de Matos. Isso, é claro, é um problema de metodologia. Porém, antes do século XIX, “a pornografia era quase sempre algo além” (HUNT, 1999, p. 10). Estudiosos da literatura licenciosa dos séculos XVII e XVIII, como Darnton (1996) e Goulemot (2000), atestam que as

³ Textos que abordam o assunto costumam citar essa definição etimológica indiscriminadamente e, sobretudo, supervalorizá-la (MENDES, T., 2017). Como salienta Ferreira, “[...] a raiz grega não tem efetiva validade na determinação do sentido do termo, senão quando ressignificada pelos sujeitos que a tomam como motivo para uso sociolinguístico” (FERREIRA, 2011, p. 50).

obras assim enquadradas exibiam, num mesmo passo, descrições de orgias, altas doses de filosofia e de crítica política e social. Tal era a imbricação que “editores e livreiros setecentistas usavam a expressão ‘livros filosóficos’ para designar sua mercadoria ilegal, fosse ela irreligiosa, sediciosa ou obscena” (DARNTON, 1996, p. 24). A pornografia, assim, andava junto com o anticlericalismo, com as ideias revolucionárias da época, com a sátira social, de forma que, historicamente, “seu significado político e cultural não pode ser separado de seu aparecimento como categoria de pensamento, representação e regulamentação” (HUNT, 1999, p. 11).

Gregório de Matos é um bom exemplo desse ponto de vista. Embora distanciados por anos e temas das obras libertinas francesas, os poemas de Gregório, de forma semelhante, põem, ao lado de seu vocabulário sem peias e descrições minuciosas do “baixo corporal” (o termo de Bakhtin), a sátira aos costumes sociais e às figuras políticas da época, quando não têm um caráter exclusivamente cômico. Não apenas ele, pois, até a primeira metade do século XIX, os textos explícitos sobre sexo parecem estar, em sua maioria, vinculados a uma verve humorística e satírica (SALIBA, 2002), sobretudo aquela de cunho religioso. Candido chega a afirmar que, antes da cena de sexo entre Pombinha e Léonie n’ *O cortiço* (1881), o “traço fisiológico”, como ele chama, “só aparecia na literatura burlesca ou obscena, de que é exemplo o poema ‘A origem do mênstruo’, de Bernardo Guimarães” (CANDIDO, 1991, p. 126). Segundo Saliba (2002), antes da *belle époque*, a produção cômica, ao menos para os circuitos cultos, era indissociável da pornográfica.

É claro que, anacronicamente, desconsiderando o sentido histórico da palavra, quase toda a produção obscena de Gregório de Matos poderia ser chamada de pornográfica. Não por menos, é ele o primeiro poeta arrolado por Alexei Bueno na *Antologia pornográfica* (2004); Ana Miranda, em *Que seja em segredo* (2014), também colige poemas do autor, além de outras composições de igual teor, nas quais predominam o anticlericalismo e a sátira, todas enfeitadas pelo subtítulo comum de “escritos da devassidão” (MENDES, T., 2017).

Porém, em nenhuma dessas obras anteriores ao Oitocentos a explicitação do sexo se desarraiga de sua matriz humorística e de combate. Afinal, a pornografia que Hunt enfoca está, da parte das obras produzidas e de seus autores, preocupada com o sexo em si e com a excitação sexual do leitor – o que, para Goulemot (2000), é a característica mais saliente da obra pornográfica. Falar de propósitos de excitação do leitor e sua relação com a pornografia é, naturalmente, um assunto espinhoso, sobretudo porque leva a admitir, mesmo que subterraneamente, uma preponderância das supostas intenções do autor na leitura, além de estabelecer uma relação

de efeito, quase direto e inequívoco, da obra sobre o comportamento do leitor. Se não pretendemos desenvolver a questão no espaço exíguo deste artigo, convém lembrar que – longe de crermos que isto ponha termo à querela – muitos livros são tidos como pornográficos porque, com frequência, são alvos de um massivo *consumo pornográfico* (MAINGUENEAU, 2010). Isto é, independentemente dos propósitos de seus autores, *leem-se* muitos livros como pornografia, no sentido de que é buscado neles um prazer sexual que, quase sempre, toma a forma da masturbação. Malgrado suas diferenças, livros como *O primo Basílio* e *Memórias do frei Saturnino*, por exemplo, eram “lidos com uma mão só” por vários leitores oitocentistas, para parafrasear a expressão de Rousseau, que dá nome ao ensaio de Goulemot.

Esse tipo de consumo, praticado por pessoas de diversas classes e sexo (mesmo com o nome usual de “romances para homens”), tinha como complemento a leitura extraordinária de produtores de discursos de influência e prestígio na sociedade, como aquela feita por críticos literários, autores “sérios” e figuras ilustres. Alguns deles andavam, aparentemente, preocupados com os problemas morais que os livros pornográficos suscitavam e com a influência nefasta dos tais sobre o comportamento das mulheres. Tudo isso, é claro, desconsiderando que muitos desses senhores não tenham agido (algo de difícil atestação documental) como aquele Samuel Pepys, que, no século XVII, chamava o clássico libertino *L'école des filles* (1655) de “livro fútil e maroto” e “poderosamente lascivo”, mas admitia: ele “maltratou minha piroca”, de forma que “precisei descarregá-la uma vez” (HUNT, 1999, p. 21) – e, em seguida, queimava o exemplar. Ao menos em público, suas reações eram outras. Em 1883, por exemplo, o colunista Alter publicava na *Revista Ilustrada*: “a biblioteca imunda [...] enriquece-se cada dia; os livros brotam como cogumelos”, pois “sob pretexto de serem ‘Leituras para homens’ não são senão – porcos, imorais, sem vergonha” (ALTER, 1883a, p. 3). N’*O Trabalho*, periódico alagoense, o Dr. Augusto José da Silva se indignava com o fato de que “a literatura atual [...] dissona de todos os princípios de moral e trai de modo palpável a decadência da humanidade” e, que, nesse compasso, “a pornografia viça, vinga e triunfa” (SILVA, 1897, p. 1).

Considerando Abreu (2011, 2016) e El Far (2004, 2007), essas reações enérgicas aos livros pornográficos eram quase uma regra por parte desse grupo específico de pessoas, e em pouco variavam. Evidentemente, é fácil vê-las, hoje, como uma espécie de retrocesso, de inibição de um suposto progresso intelectual e social. No entanto, não se pode ignorar o aspecto positivo imbuído nelas: são, inevitavelmente, uma contribuição à configuração da pornografia. Afinal, como Hunt sugere, um crítico desses, “ao escrever a respeito do asqueroso, [...] estaria

promovendo o assunto, justamente o que a boa moral tentava impedir” (HUNT, 1999, p. 15). Discutindo o que deveria ser ou não proibido e que obras em específico julgariam censuráveis, adotavam critérios que davam contornos ao que era o pornográfico. Ironicamente, alguém como Alter, ao dirigir seus ataques às “leituras para homens”, contribuía, no final das contas, “para lhe fazer anúncio” (ALTER, 1883a, p. 3), justamente aquilo a que ele dizia ir contra. Em suas reprovações à pornografia, figuras como essas acabavam, mesmo que negativamente, visibilizando e disseminando-a, estimulando a produção de discursos a respeito dela; acabavam traçando seus contornos e possíveis limites. Numa palavra: inventavam-na.

A contribuição lateral à pornografia por parte dos discursos censuradores e reprobatórios é um dos pontos fulcrais na introdução escrita por Hunt. Afinal, no século XIX, esse tipo de discurso específico sobre o sexo que é a pornografia (MAINGUENEAU, 2010), ao tomar dimensões populares antes impensáveis, passa a ser atravessado pelo diapasão da moralidade. Para a autora, a pornografia começa suscitar preocupações por causa de sua massificação – e preocupações que, agora, se fundamentam em questões morais, e não apenas religiosas e políticas, como nos séculos anteriores. É um raciocínio que Darnton compartilha, ao afirmar que “ninguém no século XVI e no começo do século XVII pensava em banir livros por causa de uma licenciosidade que hoje seria considerada pornográfica. Era a religião – e não o sexo – que determinava os limites do lícito e do ilícito” (DARNTON, 1999, p. 2). Isso implica que a pornografia só se torna possível, dentre outros fatores, a partir de uma configuração específica da obscenidade “como distinção entre o comportamento privado e público” (HUNT, 1999, p. 13); ou melhor, ela existe quando tal distinção é ultrapassada, quando o que deveria permanecer longe dos olhares públicos vêm à tona. Não por acaso, segundo Vainfas (2018 [1997]), é no século XIX que o sexo passa a ser considerado *dentro* do espaço particular da casa, e que os atuais padrões de privacidade começam a se delinear.

Talvez não seja outra a chave para se entender a criação de uma “Liga Anti-Pornografia” em 1912 (tornada, em 1917, “Liga pela Moralidade”) (EL FAR, 2004), ou da proposta de um “congresso internacional contra a pornografia”, feita por João da Ega (1908) no *Pacotilha* (MA). Proposta, aliás, compartilhada, um ano depois, por Gonçalves Maia no *Diário de Natal*, no qual ele também elogiava a apreensão, pelo comandante do Pará, de “[...] uma porção de livros nojentamente pornográficos, como o *Amor de um Querubim*, *Teresa Filósofa*, *Serões do Convento* e outros que eram franca e publicamente vendidos no *bar* como se fossem refresco

de groselha” (MAIA, 1908, p. 2). Semelhantemente à Europa no começo do Oitocentos, a pornografia, no Brasil finissecular, ia adquirindo uma ressonância moral e social que se sobrepunha à política e à religiosa. Pois, “diferentemente da França setecentista, que classificava os livros pornográficos de ilícitos perante a lei, dadas as ofensas dirigidas ao Estado e à Igreja, *o Brasil enquadrava seus dilemas no âmbito da moralidade pública*” (EL FAR, 2004, p. 189, grifo nosso). A frouxidão da lei e a predominância da moral na questão são evidenciadas pelas falas inflamadas de homens como o Dr. Augusto José e Alter e também pela vagueza da legislação de então no que tange à licenciosidade (com o que ambas as figuras, aliás, se indignavam). Sabe-se que o Código Penal de 1890 fazia referência tão somente a “ofender os bons costumes com exibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar público ou frequentado pelo público” (BRASIL, 1890, p. 2.710).

Em contrapartida, as leis do século XX delimitariam isso de modo mais claro: em 1923, o decreto de nº 4.743 proibiria “vender, expor à venda ou, por algum modo, concorrer para que circule qualquer livro, folheto, periódico, ou jornal, gravura, desenho, estampa, pintura ou impresso de qualquer natureza, desde que contenha ofensa à moral pública ou aos bons costumes” (BRASIL, 1924, p. 169). Alguns casos saltam aos olhos, como os julgamentos de 1924, citados por El Far (2004), do livro de Romeu de Avelar [Luís de Moraes] (*Os devassos*) e do de Benjamin Costallat (*Mademoiselle Cinema*), tachados de imorais; e as apreensões de livros efetivadas pelo dr. Pio Ottoni, então chefe de polícia do Rio de Janeiro. Ainda assim, “[...] nenhuma punição ou medida mais severa recaiu sobre as publicações de cunho pornográfico” (EL FAR, 2007, p. 289) nas décadas iniciais do século XX. Embora, conforme já citado, muitos se manifestassem a favor de “banir livros por causa de uma licenciosidade [...] considerada pornográfica” (DARNTON, 1996, p. 2), poucos eram os avanços concretos nessa direção.

Nesse sentido, os discursos explícitos sobre o sexo passavam a incomodar moralmente ou a seduzir sensualmente em razão de porem o sexo a nu, tornarem-no disponível tão facilmente para o consumo, já que a popularização do livro entre um público heterogêneo foi um fenômeno marcante nos decênios de 1880 e 1890. É digno de nota que, dessa forma, os leitores começavam a se interessar pelo livro pornográfico especificamente devido àquilo que ele tinha de sexo – independentemente se para fruí-lo ou para queimá-lo publicamente. Era, portanto, um processo que se dava em via de mão dupla: “alguns livros só pelo nome provocavam a desconfiança dos críticos e, conseqüentemente, a atenção dos leitores” (EL FAR, 2004, p. 250). *O*

aborto (1893), de Figueiredo Pimentel, a título de exemplo, foi um sucesso estrondoso de vendas, mas colecionou, simultaneamente, virulentas diatribes por parte de uma elite intelectual (MENDES, L., 2017) – caso semelhante ao de *A carne* (1888), de Júlio Ribeiro.

O leitor brasileiro do Oitocentos, tomado no sentido amplo, estava muito mais interessado nas cenas de orgia do que nas de filosofia presentes em uma *Teresa filósofa* ou nas críticas sociais de um romance naturalista (EL FAR, 2004; MENDES, 2016). Usavam o livro pornográfico, enfim, para aquilo a que muitas vezes a pornografia ainda hoje é associada – e reduzida: a excitação sexual. Tanto assim que um anúncio da Livraria Cruz Coutinho, exposto na *Gazeta da Tarde* em 1897, punha num único rol de “leitura só para homens” as *Poesias eróticas, burlescas e satíricas* de Bocage, *Serões do convento*, *Voo da inocência ao auge da prostituição ou memórias de Miss Fanny Hill* (John Cleland), *Teresa filósofa*, *Álbum da rapaziada* (Muniz Barreto), *Obras poéticas de Laurindo Rabelo (eróticas)*, livros de Rabelais (i.e., Alfredo Gallis) e *A carne*⁴.

Uma possível proposta para se pensar esses textos que vão, a um só tempo, definindo e expandindo a pornografia, além do consequente interesse que ela desperta em um público amplo, é a sua inclusão num movimento mais geral de produções discursivas sobre o sexo. Aqui, recorrer a Foucault (2015) é imprescindível. É sabido que, no primeiro volume de sua *História da sexualidade*, o filósofo desenvolvia a teoria sobre uma grande incitação aos discursos sobre o sexo que teria estourado no século XVIII francês, mas cujas coordenadas remontariam ao XVI. Em linhas gerais, Foucault defende que, ao se criar e disseminar (ao longo de pelo menos três séculos e através de diversos tipos de práticas e instituições) a ideia de sexo como detentor da verdade (e da verdade de um indivíduo), estimulou-se não uma interdição, mas uma necessidade de se falar e uma vontade de se saber, cada vez mais, do sexo – o próprio ou o alheio. O processo desembocaria na formação de um *dispositivo de sexualidade*, totalmente embebido de difusas relações de poder, em que o sexo é tomado como instrumento de análise, classificação e controle de indivíduos e de seus corpos, ou, ainda (demonstram-no muitos dos discursos religiosos e científicos), como a grande causa e fundamento de tudo: do pecado, das histerias, das políticas populacionais, das sexualidades etc.

Se quisermos procurar uma ocorrência semelhante no Brasil, talvez seja adequado colocá-la justamente entre o final do século XIX e o começo do XX. Citemos pelo menos três

⁴ Ver as edições das *Gazeta da Tarde* (RJ) de 7, 8, 9, 10 e 11 de setembro de 1879.

obras acadêmicas desse período se encaixam muito bem na hipótese desse movimento geral: *Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual* (1895), de F. J. Viveiros de Castro, *O lenocínio* (1896), de Gilberto Ribeiro de Sabóia, e *Higiene moral – homossexualismo – a libertinagem no Rio de Janeiro: estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital*, de José Ricardo Pires de Almeida (1906). A seu modo, as três (dentre outras coisas) condenavam a leitura dos “romances para homens”, especialmente pelas mulheres, procurando, por raciocínios pseudocientíficos, demonstrar os impactos físicos, biológicos, sexuais e morais que tal ato podia ter nelas. Assim, ao buscarem demonstrar os supostos efeitos de leituras imorais e práticas anormais (como eram entendidos o “clitorismo”, o “tribadismo” e a “pederastia”), pesquisas desse tipo também se imbuíam da tarefa de proscrevê-las e condená-las; seus fundamentos, na verdade, não estavam na ciência, mas na moral.

Um artigo de El Far (2007) examina como, na mesma esteira, muitas produções literárias do período aqui estudado (não apenas romances naturalistas de tese) reproduziam os mesmos discursos deterministas e pseudocientíficos. *Um homem gasto* (1885), *Amar, gozar e morrer...* (1897), por exemplo, ao final de suas descrições sexuais, expunham os sintomas da degeneração e as consequências devastadoras dos vícios. Casos semelhantes são os de muitas das narrativas publicadas pelo periódico *O Rio Nu*, em que se destaca *O menino do Gouveia* (1914). Nele, Bembem, um rapaz que mantém relações com homens mais velhos, é visto como um caso de “inversão sexual”, sendo descrito como de corpo e trejeitos afeminados. Daí que,

Apesar do [sic] relato de Bembem descrever uma prática sexual intensamente condenada, levando os leitores a conhecer as intimidades trocadas entre dois homens, ele também corroborava com [sic] os discursos médicos e jurídicos da época que se apoiavam no determinismo biológico e na existência congênita de anomalias sexuais. (EL FAR, 2007, p. 303).

Na mesma medida em que muitas narrativas expunham relações e comportamentos que poderiam ser entendidos como transgressivos ou confrontadores da moral, punham-se também a serviço da mesma moral, sobretudo no modo como conduziam seus enredos e descreviam suas personagens. Homens de letras exaltados, líderes religiosos indignados, autores que se criam transgressores, leitores sedentos, todos colaboravam para a ampliação de discursos cujo foco era o sexo, fazendo proliferar a produção, o consumo e os limites da pornografia. Afinal, seguindo o pensamento de Foucault (2015), evitar falar do sexo, deixando-o em suspenso, como algo proibido, equivale tanto a falar dele pejorativamente quanto a expor-lhe claramente. Dis-

curiosos libertários (a favor de revoluções sexuais, combatentes da moral hipócrita de uma sociedade burguesa) e os atos de repressão e opressão ao sexo e à sexualidade (as censuras e os moralismos de cunho religioso) são, por assim dizer, lados de uma mesma moeda. Uma vez que o poder, sobretudo em relação ao sexo, também é exercido de modo positivo, não se deve “[...] acreditar que dizendo-se sim ao sexo se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral de sexualidade” (FOUCAULT, 2015, p. 171).

Em termos de análise, adotar Foucault como fundamentação teórica equivale a admitir que a abordagem dos discursos produzidos *pele* “dispositivo pornográfico” (MAINGUE-NEAU, 2010) e *a respeito dele* não deve ser feita anacrônica nem bipartidamente. Dessa forma, Gonçalves Maia, Dr. Augusto, Alter, os autores de pornografia e seus diversos tipos de leitores, todos entram em jogo, compartilhando relações complexas e multifacetadas de poder e de produções de discursos, inviabilizando a tentativa de acoirar uns em um lado positivo, “progressivo”, “revolucionário”, e outros num lado oposto, “conservador”, “reacionário”, de um moralismo fingido. Todos, ao mesmo tempo, e não raro adotando atitudes e pensamentos mutuamente contraditórios, colaboram para a invenção da pornografia.

O papel da imprensa

Dar a entender, como teremos feito até agora, que a pornografia – sempre no sentido extraído de Hunt (1999) – era algo inexistente no Brasil antes do final do Oitocentos pode parecer uma tentativa suspeita de se adaptar, a duras penas, uma teoria que é em si eurocêntrica.

Afinal, algumas obras licenciosas já circulavam no Brasil (ou ao menos no Rio de Janeiro) desde a primeira metade do século XIX. Abreu (2011) comprova a surpreendente publicação de romances maliciosos pela Imprensa Régia entre 1808 e 1822, como *O diabo coxo* (1810), *O castigo da prostituição* (1815), *Triste efeito de uma infidelidade* (1815), *O amor ofendido, e vingado* (1815) e *Aventuras galantes de dois fidalgos estudantes* (1818). Dentre eles, destaca-se a tradução de uma obra francesa, *História de dois Amantes ou o Templo de Jatab* (1811), “cujo enredo é verdadeiramente lascivo” (ABREU, 2011, p. 195) e que tivera partes suas censuradas em alguns países europeus.

Teresa filósofa e *Fanny Hill*, clássicos libertinos de 1748, teriam sido introduzidos no Brasil “de maneira tímida até o final do Setecentos” (EL FAR, 2004, p. 209), mas, com o tempo, sua presença nas livrarias cariocas se tornaria permanente. *Os serões do convento* (1847?) teria

tido uma cópia pirata em 1862 (SILVA, 1908, p. 209) – ato criminoso, considerando o *Código Criminal do Império do Brasil*⁵. Cite-se, ainda, *Saturnino, porteiro dos frades bentos*, adaptação carioca de 1842 do clássico libertino *Histoire de dom Bougre, portier des Chartreux*; e *As aventuras do cavaleiro de Faublas* (de 1787-1790), de Louvet du Couvray, que era lido como licencioso desde o início do XIX, e, em 1836, foi retirado das vitrines da Editora Laemmert (MENDES, L., 2016).

Apesar da circulação dessas obras entre os anos finais do século XVIII e as décadas iniciais do XIX, insistimos no fato de que alguns processos que vinham ocorrendo na sociedade brasileira só culminariam (ou pelo menos se intensificariam) no período aqui estudado, de forma que não se pode igualar sua produção e consumo nesses dois momentos. O público leitor existente no Brasil colonial, atestado por Abreu (2001), não se equipararia ao das décadas de 1880 e 1890, que esgotava milheiros de um livro num curtíssimo espaço de tempo (ABREU, 2016; EL FAR, 2004; MENDES, 2016). Como mostra El Far (2004), após a inauguração da imprensa em 1808, do surgimento do folhetim em 1830, da solidificação do romance entre 1850 e 1870 e, por fim, do estabelecimento, na década de 1870, de algumas casas editoriais, o período aproximado de 1880 a 1920 seria marcado por uma expansão inédita do mercado editorial. É quando ocorreria o surgimento de novas firmas para o comércio do livro (não apenas editoras, mas também livrarias e tipografias, por exemplo); a publicação, em grande escala, de livros em formatos de bolso ou brochuras, com preços acessíveis e frequentemente ilustrados (incluindo aí obras infantis, manuais, folhetos, romances de sensação, “romances para homens” etc.); além das reedições baratas de obras já consagradas, nos referidos formatos. Acrescentem-se a isso o aumento do número de pessoas alfabetizadas e a formação de uma classe mais popular de trabalhadores – crescimento, enfim, de um público potencialmente leitor.

O que queremos argumentar é que a pornografia, para ser alçada à posição de uma categoria (mesmo que difusa), dependeu não apenas de sua nomeação e de sua colocação em diferentes tipos de discursos, não apenas de uma configuração e postura específicas em relação ao sexo e à obscenidade, mas, conseqüente e concomitantemente, de sua popularização, por via, antes de tudo, impressa. Para Hunt, “a pornografia constituiu-se a partir de sua regulamentação e da existência de um mercado para as obras impressas” (HUNT, 1999, p. 20), no momento em

⁵ Previam-se prisão de dois a seis meses por “ofender a evidentemente a moral pública, em papéis impressos, litografados ou gravados, ou em estampas e pinturas que se distribuírem por mais de quinze pessoas, e bem assim a respeito destas que estejam expostas publicamente à venda” (BRASIL, 1858, p. 104).

que “a cultura impressa possibilitou às massas a obtenção de escritos e ilustrações” (HUNT, 1999, p. 13). Isso equivale a dizer que, sem a popularização do livro, sem a possibilidade de o grande público ter acesso aos livros, a pornografia não se realiza como tal; é, no máximo, uma “pornografia acadêmica”, como diz a autora. Em grande medida, é justamente tal popularização da pornografia (ou daquilo que ela começa a se tornar) que passaria a gerar maiores incômodos e discussões, ou seja, quando ela se tornava um problema social e moral.

Dessa forma, a circulação de livros como *O Templo de Jatab* – aliás, bastante ampla para sua época, conforme Abreu (2011) –, ou de obras libertinas no começo do século XIX, não estava, possivelmente, no mesmo nível da vultosa oferta de títulos pornográficos em diversos formatos e valores, nem inserida no mesmo ambiente cultural do fim do século, no qual havia uma potencial sensibilidade de leitores de diversas classes (positiva e/ou negativamente) para o sexo nos livros. Uma potencialidade que, dissemos, fazia com que eles mitigassem o teor satírico e crítico de *Memórias do frei Saturnino* e *Serões do convento* em detrimento das cenas de sexo. No final do XIX, “o conceito de ‘livro pornográfico’ se expandia e se estabelecia como uma faixa reconhecível do comércio livreiro” (MENDES, 2017, p. 174).

Ao contrário do que pensavam muitos dos que eram contrários a ela, a pornografia é um fenômeno constantemente ligado ao desenvolvimento civilizatório e de modernização de um país. Participante do movimento geral da cultura, relaciona-se com diversos tipos de produções textuais, não sendo, portanto, uma “subcultura” nem uma “cultura marginalizada” (FINDLEN, 1999). Popularização e grande produção de livros, são, portanto, essenciais para sua constituição; daí que “os países com pequena produção literária não produzem muitas obras pornográficas” (HUNT, 1999, p. 24). Daí resulta que sua emergência vem a ser também uma problematização da democracia e do acesso à informação. É uma leitura possível desse redimensionamento dos modos de circulação de obras antes restritas a elites, vazadas em capas duras, confinadas em bibliotecas particulares, quando não trancadas em baús ou apenas tendo circulação clandestina, com dissimulação dos nomes do autor, editor, local e ano de publicação – e que agora saíam em edições baratas, traduzidas, disponíveis em vários estabelecimentos comerciais, em papel e capa econômicos (EL FAR, 2004; ABREU, 2011, 2016; MENDES, 2016, 2017). A relação entre “literatura popular” e “pornografia” no século XIX era tal que, segundo El Far (2004), do nome da encadernação em capa mole (“brochura”), surgiu a referência ao pênis incapaz de se enrijecer como “brochado”. Portanto,

Não há [...] casualidade na composição do termo [pornografia] em sua imbricação com a ideia de cultura, entendida pela noção de bem cultural. A pornografia, em língua portuguesa, nasce atrelada à mercadoria participando, nesse sentido, do mundo capitalista e da modernidade. (FERREIRA, 2011, p. 54).

Pelo menos desde os anos finais do século XVIII, conforme demonstra a pesquisa de Abreu (2016), havia uma circulação (leitura, venda e difusão) transatlântica dos mesmos impressos entre Brasil, Portugal, França e Inglaterra, embora houvesse sido necessário esperar a ampliação do mercado editorial e da popularização do livro, juntamente com o aumento do número de pessoas alfabetizadas, para que tais obras não se restringissem a uma elite letrada. Obras francesas e inglesas, constituidoras do grande núcleo da literatura pornográfica em diversos países até pelo menos o começo do século XX (HUNT, 1999), tinham seu espaço no Brasil. Aliás, já na Europa dos séculos XVIII e XIX não se falava de uma tradição pornográfica deste ou daquele país, mas em uma “eminente europeia” (HUNT, 1999, p. 28).

O que, é claro, não significa que, junto à circulação de obras estrangeiras, também não houvesse uma produção propriamente brasileira de livros pornográficos. Havia, por exemplo, os infundáveis títulos citados por El Far (2004, p. 191-192) (cuja maioria é anônima e de raríssima notícia hoje); os romances naturalistas em geral, que eram lidos por muitos como pornografia; e, ainda, casos como o da suposta escrita e impressão de *Serões do convento* no Rio de Janeiro ou o da adaptação e tradução brasileira de *Histoire de Dom B...*, esse atestado filologicamente por Abreu e Galves (2007). Em suma, é possível pensar a produção literária licenciosa no Brasil (não apenas do Brasil) como dividida em ao menos quatro categorias turvas, segundo propõe Mendes (2016): romance libertino, pornografia anticlerical, romance naturalista e ficção pornográfica contemporânea.

Todavia, nem só de livros vivia a pornografia no Brasil. Os jornais e revistas editados nesse período foram, sem dúvida, uma alavanca para a constituição de uma cultura pornográfica. Nesse movimento de expansão da imprensa e aumento da publicação de periódicos, *O Nabo* (1900), *O Coió* (1901-1902), *Sans Dessous* (1909-1910), *O Riso* (1911-1912) e *O Rio Nu* (1898-1916), em meio às suas sátiras às classes sociais dominantes, às suas críticas políticas e aos gracejos maliciosos, veiculavam, muitas vezes, imagens de mulheres ou com poucas roupas ou nuas, além de textos pornográficos. Não se deixe de lado *O Filhote: folha diária* (1896-?), vinculado à soberana *Gazeta de Notícias*, em que Coelho Neto (“Caliban”) publicava alguns dos contos eróticos que reuniria mais tarde em livro, e Olavo Bilac (“Puck”) editava textos

picantes. Com *O Filhote*, a *Gazeta de Notícias* “testava os limites da escrita licenciosa nos jornais” (MENDES, 2017, p. 185).

Limites que, aliás, o *Rio Nu* e o *Sans Dessous* teriam ultrapassado. Ao menos foi essa a opinião do então diretor do Correios, Ignacio Tosta, ao lançar uma circular vetando as postagens de ambos em 1912 (EL FAR, 2004, p. 281-282). O interessante é que, conforme Schetinni-Pereira (1997) ressalta, com essa proibição, mais tarde levada a tribunal, não apenas os opositores dos jornais estavam lançando mão de uma *concepção de pornografia*, mas também os próprios jornais. *O Rio Nu*, sabe-se, chegava a anunciar uma “Biblioteca d’O Rio Nu”; além disso, possuía uma seção de “Contos rápidos”, na qual nomes como “Frei Surumbatico”, “Capadocio Maluco”, “Zé Teso” e “João Duro” publicavam, pelos anos de 1913 e 1914, textos de títulos sugestivos como “A cabeça do carvalho”, “Cenas de alcova”, “Amores de um frade”, “Madame Minet”, “A mulher de fogo” etc. Participantes de um movimento de ideias e discursos que não se deve polarizar, tais contos desafiavam a moral vigente ao mesmo tempo em que reforçavam estereótipos contra as mulheres (principalmente prostitutas) e os homossexuais (SCHETINNI-PEREIRA, 1997).

A pornografia, aos poucos, ia tomando contornos mais grossos. No início do século XX, para além de uma pornografia escrita, começavam a circular abertamente fotografias e cartões postais de mulheres nuas; tanto que o *Rio Nu* tinha os seus “álbuns de vistas”, coleções de ilustrações sexuais. Começava-se também a exibição de filmes e peças de teatro de caráter licencioso, com algumas cenas mais ousadas. A partir de então, “as sutilezas, muitas vezes exploradas nas entrelinhas de romances do Oitocentos, já passavam despercebidas pelos leitores do século XX, que aos poucos caracterizavam a pornografia através das cenas que não mais deixavam margens a dúvidas” (EL FAR, 2004, p. 298-9).

O outro Naturalismo

Estudiosos como Mendes (2016, 2017) e El Far (2004) têm sugerido, a seu modo, o quanto o Naturalismo brasileiro resguarda diversos pontos de contato com a emergência da pornografia no século XIX. É uma aproximação que, a princípio, soa estranha, se não desajuzada, sobretudo ao se considerar o discurso da historiografia literária segundo o qual o Naturalismo teve uma “intenção pedagógica” e, a despeito de seu ideal de objetividade, certo mora-

lismo (SANTANA, 2007). Nesse sentido, o objetivo da escola era, *grosso modo*, expor a imoralidade e a corrupção – inclusive sexual – da sociedade. Nessa perspectiva, se em alguns casos flagrantes a obra naturalista se abeira da pornografia, não é mais do que um exagero do autor quanto ao componente sexual, um mal-entendido dos verdadeiros princípios da escola. Lúcia Miguel-Pereira, por exemplo, considera que Júlio Ribeiro tenha se equivocado, justificando que ele não teria “[...] deliberadamente recorrido à pornografia, ao desejo de escandalizar” (MIGUEL-PEREIRA, 1950, p. 130). Como se criticava no *Pacotilha*, certos escritores seriam “adeptos de um realismo mal entendido, por falta de senso artístico” (EGA, 1908, p. 1).

Alguns deles se puseram a desfazer o “mal entendido” – termo, aliás, que Maingueneau (2010) usa para falar dessa suposta incompatibilidade entre uma “intenção não pornográfica” do autor e o “consumo pornográfico” dos leitores – e a defender as virtudes de suas obras, para rechaçar-lhes o labéu de pornografia. Era o caso de Adolfo Caminha: “Sou contra a libidinagem literária e não perdoaria nunca o escritor que me viesse, por amor do escândalo, descrever cenas imorais, episódios eróticos a título de naturalismo” (CAMINHA, 1895, p. 81-2). Eça afirmava que o Realismo-Naturalismo era uma “larga e poderosa Arte”, que pintava “cruamente e sinceramente o feio e o mau [da sociedade], não podendo, na sua santa missão de verdade, ocultar detalhe nenhum por mais torpe” (QUEIROZ, 1887, p. 2). Para um escritor “menor” como Figueiredo Pimentel, a ligação talvez fosse de somenos:

[...] pouco me importa que ele [*O aborto*] seja pechado de pornográfico, imoral bandalho. Para mim, será até uma honra e uma glória: Emílio Zola, Eça de Queirós, Aluísio Azevedo, Pardal Mallet – todos os naturalistas – para este público besta, que lê os *Serões do convento* e vê operetas, são também pornográficos, imorais, bandalhos. (PIMENTEL, 2015, p. 21).

– e, no entanto, mesmo a declaração de Pimentel revela uma reprovação a essa leitura pornográfica do Naturalismo, ao mesmo tempo em que, é claro, lhe dá testemunho.

Como Mendes (2017) argumenta, os estudos predominantes sobre o Naturalismo acabam endossando a fala do autor e sua suposta intenção, além de desconsiderarem (ou ignorarem) a relação das obras naturalistas com a produção pornográfica e popular de sua época e, sobretudo, as leituras que então se realizavam delas – leituras que claramente vão de encontro a uma ideia de didatismo. Porque, apesar do aparente inconformismo de alguns escritores, essa aproximação entre Naturalismo e pornografia, a se basear nos relatos de alguns críticos literários e em vários anúncios de livrarias da época, não era absurda, e parecia ser bem generalizada em diversas camadas sociais. Periódicos como *O Apostolo*, *Jornal do Commercio* e *Jornal do*

Brasil consideravam o argumento do didatismo uma falácia, e mesmo uma afronta à inteligência alheia (MENDES, 2016).

Muitos homens de letras da época compartilhavam dessa ideia. José Veríssimo, a propósito de *Hortênsia*, vociferava que Marques de Carvalho confundira “o Naturalismo com Zola, false[ara] o seu talento, forç[ara] a nota crua, não recu[ara] diante das mais torpes obscenidades, revive[ra] a tradição simplesmente pornográfica dos livros cujos nomes nem é decente citar” (VERÍSSIMO, 1894, p. 28, apud MOISÉS, 2016, p. 144). Alter notava: “Sem os protestos dos sensatos, eu não sei onde irão eles parar os adeptos da nova seita, com a sua predileção por tudo quanto é porco, feio, doente” (ALTER, 1883b, p. 6). A famosa crítica de Pujol acoimava *A carne* de ser “misto de ciência e pornografia”, “escrito com o propósito da pornografia” e de “uma promiscuidade de *biblioteca do povo*” (PUJOL, 2002, p. 330). Também lembrava o “*mal-entendido* da escola” e o “falseamento do princípio naturalista” (PUJOL, 2002, p. 332) presentes na obra. Nesse cenário, nem o mestre do Naturalismo passava incólume: Pinheiro Chagas declarava abertamente “a baixa pornografia” de Zola e sua “transparente predileção pornográfica”, de um “gosto depravado pela licenciosidade da pena” (CHAGAS, 1893, p. 1).

Ao que tudo indica, não apenas leitores cultos, mas também outros, de diferentes bagagens literárias, tinham uma opinião semelhante. El Far (2004) demonstra que os romances *A carne*, *O aborto*, *A mulata* e *Bom-crioulo* eram vendidos e apropriados como “leitura quente”, “romances para homens” – enfim, pornografia. Até *O primo Basílio*, além da classificação usual de “romance realista”, também era anunciado na seção de “Livros Baratíssimos” da *Gazeta de Notícias*, em 6 de março de 1885, como “romance de sensações à moderna” e como “leitura para homens”, juntamente com *Madame Bovary*, em edições de 3 de novembro de 1884, 16 de agosto de 1886 e 14 de outubro de 1889. Eça, por sua vez, confirmava que, para muitos “leigos e letrados” de Portugal, França e Inglaterra, Naturalismo-Realismo era sinônimo de “grosseria e sujidade” (QUEIROZ, 1887, p. 2).

Não era o caso de os leitores não diferenciarem as propriedades formais e temáticas entre um romance naturalista e *Serões do convento*; mas, ainda assim, liam-nos todos como pornografia (EL FAR, 2004; MENDES, 2017). Cenas d’*O aborto* como aquela em que se descreve a relação sexual de Maricota e Mário, ou d’*A carne*, que relata o coito entre Lenita e Manuel, eram suficientes para enquadrar tais obras nas “leituras para homens”. O didatismo do Naturalismo, se havia, era, para muitos leitores, às avessas. Ao preferirem e separarem as partes

das obras de teor erótico do conjunto geral, pareciam estar empenhados em realizar um “consumo pornográfico”, isto é, uma apropriação do texto em que os “leitores só leem as sequências pornográficas, e desordenadamente”, e “frequentemente praticam leituras repetidas da mesma sequência” (MAINGUENEAU, 2010, p. 18). Leituras, a propósito, historicamente válidas e que, como se viu, estavam em sintonia com vários discursos de então.

Jacob (1999) evidencia que características como o apelo à ciência, a concepção materialista do mundo, a sexualização hipertrofiada do corpo, as descrições realistas, a pretensão de neutralidade e o largo uso do romance, tão caras ao Naturalismo, estão igualmente presentes na pornografia, a qual detém um universo “composto exclusivamente por corpos em movimento atomizados e animados, ou seja, mecanismos guiados pelas leis do prazer” (JACOB, 1999, p. 177). Além disso, pornografia e Naturalismo se aproximam no aspecto popular: ambos, de forma geral, eram vendidos como “literatura de massa” (MENDES, 2017).

É claro que equiparar a ficção naturalista à pornográfica pressupõe necessariamente uma definição, mais ou menos formal, do que é uma obra pornográfica, sobretudo uma de caráter ideal; logo, não está em jogo apenas uma “leitura pornográfica”, mas também uma concepção de pornografia. Atualmente, tende-se a entendê-la aproximadamente como um texto que gira em torno do sexo explícito, com um frequente uso de palavras chulas; como frisamos num levantamento feito em outro trabalho (MENDES, T., 2017), daí para as associações de “subliteratura”, com “fins comerciais” e de “excitação sexual do leitor” vai apenas um passo. Por certo, é um imaginário que não está longe daquele oferecido pelo século XIX, mas que é insuficiente, já que “pornografia” era uma categoria muito mais ampla.

Se os mencionados discursos de indignação contra o caráter pornográfico do Naturalismo e do absurdo de seu argumento pedagógico podem ser entendidos como uma comprovação da noção de pornografia na época, não se deve deixar de lado o lugar de fala daqueles que os produzem. Pois, para alguns deles, pessoas religiosas ou presas a moldes literários mais tradicionais (para não dizermos *clássicos*) de decoro e discrição, é provável que o sexo, em sua forma mais ou menos explícita, nem deveria estar presente, principalmente numa obra que se dissesse *séria*. Era mister que ele se limitasse a obras venais, as quais, de preferência, não deveriam existir ou ter tanta notoriedade. Assim, a ficção naturalista era pornográfica não porque essas pessoas estivessem as considerando num sentido hodierno (ou não só por isso), mas porque eram imorais, tanto quanto um incesto ou um adultério o eram. Julgá-las pornográficas sinalizava o desprezo e desvalorização em que as tinham.

Por outro lado, há, é claro, o efeito positivo dessas críticas. Com elas, iniciavam-se (ao menos de forma mais renhida) as discussões que até hoje permeiam os estudos literários sobre o valor e os limites da representação do sexo na literatura brasileira. “A cisão entre o que deve ser público e o que deve ser privado deixou marcas profundas [...] em particular na poderosa corrente realista” (SANTANA, 2007, p. 236). Assim, “não por acaso, foi também a que mais se debateu e enredou com o problema ético e estético da sexualidade, porque se sentiu obrigada a falar dele” (SANTANA, 2007, p. 236). Flertando com a pornografia e a “literatura de massa” de seu século, as obras naturalistas forçavam a revisão de conceitos literários, de até onde era possível e “tolerável” falar abertamente de sexo e ainda ser artístico. Independentemente das intenções de seus autores, essas obras vinham a lume em um ambiente cultural pornográfico (ou, pelo menos, *propício* à pornografia), de forma a ocorrer um quase inevitável atravessamento de outros discursos.

Formação da literatura pornográfica brasileira?

No período de cerca de 50 anos que abordamos, ocorreu no Brasil a formação de uma cultura pornográfica, ou mesmo (na expressão de Verissimo) de uma *tradição pornográfica* – se com isso quisermos pensar mais ou menos como Candido (2013), quanto à sistematização da produção de obras, de seu consumo e de um mercado editorial que possibilitasse sua publicação. É também o período de reinterpretção de obras eróticas dos anos anteriores (como mostra o anúncio da Livraria Coutinho). Consolida-se quase um “cânone”, se lembrarmos da recorrência dos mesmos nomes em antologias e trabalhos afins sobre a pornografia brasileira: Gregório de Matos, Laurindo Rabelo, Muniz Barreto, Múcio Teixeira etc. (MENDES, T., 2017). Obras pornográficas, ou lidas como pornografia, passam a citar umas às outras. Obras estrangeiras licenciosas circulam entre um público amplo, ou são adaptadas ao gosto brasileiro.

Mas, se quisermos perseguir o ideal romântico de uma *literatura pornográfica brasileira*, é preciso lembrar que as produções licenciosas, até os anos iniciais do século XX, eram, pelo menos, portuguesas, brasileiras e francesas ao mesmo tempo. Não se pode negar que “as fontes mostram que a categoria ‘livro pornográfico’ se sobrepunha às noções de nacionalidade, tempo, gênero e escola literária” (MENDES, L., 2016, p. 339). Nesse sentido, além de um Boccaccio, por exemplo, há a forte presença de Alfredo Gallis, que assinava como Rabelais, de Ar-

sênio de Chatenay, pseudônimo de António da C. de A. L. Castelo Branco, e de M. L., possivelmente José Feliciano de Castilho. Vale lembrar que as duas primeiras edições de *Volúpias*, popular livro de Gallis, foram impressas no Brasil (MENDES, L., 2017, p. 177).

Parece que, findado esse período, isto é, depois da década de 1920, a pornografia começa a cristalizar seus contornos atuais. E, a partir de então, a produção licenciosa, mesmo cada vez mais atravessada por outros discursos oriundos de um “dispositivo pornográfico” (MAIN-GUENEAU, 2010), passa a adquirir certa feição própria: um Movimento de Arte Pornô ou, na década de 1990, a trilogia obscena de Hilda Hilst.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Quem lia no Brasil colonial? *INTERCOM* – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV. Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande (MS), setembro de 2001.
- ABREU, M. O templo de Jatab: um romance licencioso publicado pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro. *Floema*, ano VII, n. 9, p. 193-215, jan./jun. 2011.
- ABREU, M. Uma comunidade letrada transnacional: reação aos romances na Europa e no Brasil. In: ABREU, M. *Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos*. Campinas: Editora Unicamp, 2016.
- ALTER. Livros a ler. *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, n. 340, 28 de abril de 1883a.
- ALTER. Livros a ler. *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, n. 358, p. 6-7, 20 de outubro de 1883b.
- BRASIL. *Código criminal do império do Brasil*. Recife: Typografia Universal, 1858.
- BRASIL. *Decretos do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.
- BRASIL. *Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1923*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. Volume I: Actos do Poder Legislativo.
- CAMINHA, A. *Cartas litterarias*. Rio de Janeiro: Typ. Aldina, 1895.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 14. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.
- CANDIDO, A. De cortiço a cortiço. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 30, p. 111-129, jul. 1991.
- CHAGAS, P. As idéas scientificas de Emilio Zola. *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 4.130, 28 de agosto de 1893.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. 8. imp. (1997). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- DARNTON, R. Sexo dá o que pensar. Trad. Samuel Titan Jr. In: NOVAES, A. (Org.). *Libertinos libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 21-42.
- EGA, J. da. Rejistro. *Pacotilha*, Maranhão, ano XXVIII, n. 153, 30 de junho de 1908.
- EL FAR, A. *Páginas de sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- EL FAR, A. Crítica social e idéias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos “romances para homens” de finais do século XIX e início do XX. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 28, p. 285-312, janeiro-junho de 2007.

- FERREIRA, D. W. Pornografia: contornos sócio-históricos do vocábulo em língua portuguesa. *Revista (In)visível*, edição zero, p. 46-56, set. 2011.
- FINDLEN, Paula. Humanismo, política e pornografia no Renascimento italiano. In: HUNT, Lynn. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800*. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Hedra, 1999.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- GALVES, C.; ABREU, M. A circulação clandestina de romances e o mistério do “anônimo brasileiro”. *Remate de Males*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 109-125, 2007.
- GOULEMOT, J.-M. *Esses livros que se lêem com uma mão só: leitura e leitores pornográficos no século XVIII*. Trad. Maria Aparecida Corrêa. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.
- HUNT, L. Obscenidade e as origens da modernidade: 1500-1800. In: HUNT, L. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800*. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Hedra, 1999. p. 9-46.
- JACOB, M. C. O mundo materialista da pornografia. In: HUNT, L. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800*. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Hedra, 1999. p. 169-215.
- MAIA, G. Contra a pornografia. *Diário do Natal*, Rio Grande do Norte, ano XVIII, n. 3.783, 18 de setembro de 1909.
- MAINGUENEAU, D. *O discurso pornográfico*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MELLO, M. de. Publicações a pedido e o catálogo do Gabinete Português de Leitura e o Sr. Paulo José Faria Brandão, doutor encyclopédico. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ano 40, n. 139, p. 2-3, 22 de maio de 1870.
- MENDES, L. Biblioteca do solteirão: o livro pornográfico nas conexões Brasil-Europa no final do século XIX. In: ABREU, M. (Ed.). *Romances em movimento: a circulação transatlântica dos impressos*. Campinas: Editora Unicamp, 2016. p. 337-364.
- MENDES, L. Livros para homens: sucessos pornográficos no Brasil no final do século XIX. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, n. 53, p. 173-191, janeiro de 2017.
- MENDES, T. S. F. *Da lascívia seleta: uma análise das antologias brasileiras de poesia erótica*. 2017. 82 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.
- MIGUEL-PEREIRA, L. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1950.
- MOISÉS, M. *História da literatura brasileira 2*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cultrix, 2016.
- PELLETAN, E. A bolsa. *Diário de Pernambuco*, ano XXXIX, n. 292, 21 de dezembro de 1863.
- PEREIRA, C. S. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. 1997. 221f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.
- PIMENTEL, F. *O aborto*. Organização de Leonardo Mendes e Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.
- PUJOL, A. A carne de Júlio Ribeiro. In: RIBEIRO, Júlio. *A carne*. Apresentação e notas Marcelo Bulhões. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002. p. 323-335.
- QUEIROZ, J. M. E. de. Prefácio dos “Azulejos”. *A Semana*, Rio de Janeiro, ano III, v. III, n. 120, 16 de abril de 1887.
- SALIBA, E. T. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTANA, M. H. Pornografia no fim do século: os romances de Alfredo Gallis. *Portuguese literary & cultural studies*, University of Massachusetts Dartmouth, n. 12, p 235-48, 2007.

SILVA, A. J. da. A literatura. *O Trabalho*, Alagoas, n. 733, ano XVI, 2 de outubro de 1897.

SILVA, I. F. da. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Tomo décimo nono (S-V). Lisboa: Imprensa Nacional, 1908.

VAINFAS, R. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: NOVAIS, F. A.; SOUZA, L. de M. (Orgs.). *História da vida privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 176-220.

Artigo recebido em fevereiro de 2019.

Artigo aceito em abril de 2019.